



CIEA7 #9:

ISLAS DEL ATLÁNTICO AFRICANO, INSTITUCIONES Y SU PROYECCIÓN FUTURA.

João Paulo Madeira[©]

jpbrancomadeira@gmail.com

A exploração sustentada dos recursos naturais no Arquipélago dos Bijagós

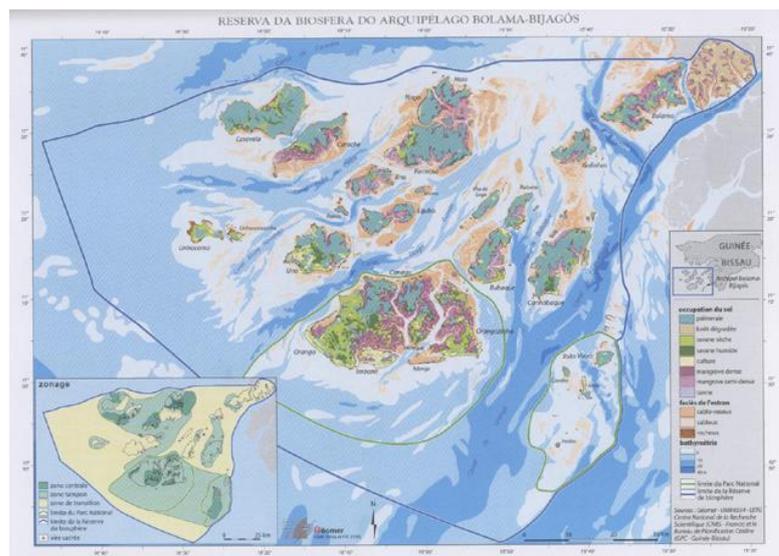
Considera-se pertinente este estudo sobre a exploração sustentada dos recursos naturais no Arquipélago dos Bijagós, dada a sua localização estratégica na geografia atlântica e a sua vulnerabilidade às influências externas que afectam o seu equilíbrio secular. Desde 1975 a sociedade guineense tem sido responsável pela utilização descontrolada dos recursos naturais, sobretudo na zona costeira. O Arquipélago tem suscitado numerosos interesses, muitos dos quais incompatíveis com a garantia de um desenvolvimento duradouro. Assiste-se a um empobrecimento global na conservação dos recursos devido, por um lado, à pressão demográfica interna, que viu a sua população quase duplicar desde 1981, e por outro, à pressão demográfica externa, com as migrações senegalesas e a consequente extracção de recursos não-renováveis. O presente paper procurar analisar a relação do povo bijagó com o seu habitat e o modo como se processa a co-gestão dos recursos naturais e quais as principais vulnerabilidades que o Arquipélago actualmente enfrenta.

Desenvolvimento sustentável, Gestão participativa, Propriedade tradicional.

[©] Centro de Administração e Políticas Públicas CAPP-ISCSP/UTL).

ARQUIPÉLAGO DOS BIJAGÓS: BREVE ABORDAGEM ECOLÓGICA

O Arquipélago dos Bijagós, situado na costa africana, ao largo da Guiné-Bissau, cobre uma superfície de cerca de 1625 km² e é composto por 88 ilhas, das quais somente vinte e uma são habitadas¹. Foi classificado, em 1996, pela UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), como Reserva Ecológica da Biosfera.



Quadro 1: Reserva Ecológica do Arquipélago Bolama-Bijagós. Fonte: Guiné-Bissau Acção para o Desenvolvimento²

O conjunto das ilhas que formam o arquipélago está dividido em cinco zonas geográficas:

1. Leste: as Ilhas Galinhas, Canhabaque, Soga, Rubane e Bubaque.
2. Sul: Orangozinho, Meneque, Canogo, Orango Grande.
3. Oeste: Uno, Uracane, Eguba, Unhocomozinho e Unhocomo.
4. Noroeste: Caravela e Carache.
5. Nordeste: Formosa, Ponta e Maio.

Administrativamente, a região de Bolama-Bijagós encontra-se dividida em quatro sectores, sendo estes: Bolama, Bubaque, Caravela e Uno. Em cada sector encontra-se um administrador de sector e há um governador para toda a região.

¹ UNESCO – World Heritage Center, *Réserve de Biosphère de l'Archipel des Bijagos*, in <http://whc.unesco.org/en/tentativelists/5081/> - Consultado em 22 de Junho de 2010.

² Guiné-Bissau Acção para o Desenvolvimento (AD), *Reserva da Biosfera dos Bijagós*, in <http://www.adbissau.org/guinebissau/areasprotegidaseparques/reservadabiosferadosbijagos/mapabijagos1.jpg> - Consultado em 22 de Junho de 2010.

A população do Arquipélago dos Bijagós é de aproximadamente 27.000 habitantes³, dispersos por 185 aldeias, repartidas por 21 ilhas habitadas.

Cerca de 90% da população residente no arquipélago pertence à etnia Bijagó. No entanto, em algumas ilhas habitam também outras etnias, tais como os papéis, os beafadas, os mandingas, os manjacos e os nhomincas, entre outras, sendo estes últimos originários do Senegal, de onde partiram há várias gerações, tendo vindo a fixar-se, sobretudo em acampamentos de pesca temporários ou permanentes, nas ilhas de Caravela, Formosa e Bolama.

Este arquipélago é cercado por um planalto continental muito vasto e protegido por numerosos bancos de areia. É submetido às influências de diversas correntes marítimas, ricas em sais minerais. Estas ilhas são muito férteis, embora muitas vezes desprovidas de água. Ao norte, a Ilha de Caravela e a Ilha Carache são baixas e arborizadas. A ilha de Ponta, a ilha de Maio e a ilha Formosa, separadas por manguezais, formam na realidade uma só ilha, conhecida localmente pelo nome de Cazegul.

Ao sul, a Ilha de Orango e Orangozinho são separadas por um mangal. A leste, a ilha de Roxa é ligeiramente elevada e coberta de vegetação. A ilha de Orango e a ilha de Roxa formam o lado ocidental do canal de Orango.

A oeste da ilha de Roxa, a ilha de Bubaque possui uma cidade com o mesmo nome. O arquipélago prolonga-se para sudoeste a uma grande distância, sendo esta zona considerada muito perigosa para a navegação. O limite exterior é constituído por um arco de círculo que se estende dos escolhos bijagós aos escolhos do sul e aos altos fundos de Saint-Jean a uma profundidade de nove metros aproximadamente. O regime dos ventos, das correntes e dos bancos de areia móveis tornam muito difícil a navegação nestas paragens (Erouart, 1998: 129).

O Arquipélago dos Bijagós apresenta duas estações bem diferenciadas: A estação seca, de Novembro a Abril, e a estação das chuvas, de Maio a Outubro, esta última caracteriza-se por uma pluviosidade abundante e por uma forte nebulosidade, com ventos dominantes de Sul/Sudoeste. As precipitações médias anuais oscilam entre 2000 e 2500 mm. O período das chuvas é marcado pela penetração da frente inter-tropical, vinda do Sul. A temperatura média anual é de 26°C.

A base do litoral da Guiné-Bissau é constituída por depósitos de sedimentos, que datam do período terciário. Estas formações ancestrais só raramente afloram à superfície e são cobertas de sedimentos quaternários, depósitos arenosos mais recentes. Com a elevação do nível do mar e a inundação do antigo delta do Rio Geba,

³ UNESCO, Biosphere Reserve Information, in <http://www.unesco.org/mabdb/br/brdir/directory/biores.asp?code=GBS+01&mode=all> – Consultado em 22 de Junho de 2010.

os vales transformaram-se em canais, separando os grupos de ilhas, desenhando a actual fisionomia do arquipélago.

Os meios insulares constituem ecossistemas de uma grande complexidade e extremamente vulneráveis às intervenções humanas. A costa e a superfície das ilhas desempenham um papel determinante na caracterização do meio natural e na diversidade biológica. A barreira aquática fixa os meios específicos de cada ilha e origina um interesse muito particular para a conservação e para a investigação científica.

Estas características climáticas, geográficas e oceanográficas estão na origem da extrema riqueza e da diversidade de fauna que aí se encontra. O mangal, que cobre um terço da parte emergente deste território, abriga uma actividade biológica intensa, assegurando um papel importante na reprodução e crescimento de moluscos, crustáceos e peixes, mamíferos (hipopótamos marinhos), répteis e aves.

A importância desta reserva na salvaguarda da vida sobre a terra, fez com que a WWF inscrevesse o arquipélago dos Bijagós na lista destas 200 eco-regiões. Isto permitiu ao Estado criar nesta Reserva da Biosfera, dois Parques Nacionais Marinhos (Parque Nacional de João Vieira Poilão e Parque Nacional de Orango) e uma Área Marinha Protegida Comunitária das ilhas Formosa, Nago e Tchedia (Urok). Existe uma perspectiva de criação de uma unidade para a conservação de jovens tartarugas marinhas em Unhocomo e Unhocomozinho⁴.

A Reserva da Biosfera é um instrumento de planeamento que permite, através da articulação entre governos e instituições da sociedade civil, proteger a flora, a fauna, os seus habitats, e garantir a conservação de ecossistemas representativos, bem como de recursos genéticos necessários às gerações futuras (Kelleher e Kenchington, 1991: 37).

A Reserva constitui, portanto, um instrumento de conservação dos recursos biológicos. Visa encorajar as investigações orientadas para a compreensão da evolução dos processos naturais, para a vigilância contínua das modificações das características ecológicas e para a divulgação de práticas não agressivas de utilização dos recursos naturais (Batisse, 1993: 10).

Segundo a CBD (Convenção sobre a Biodiversidade Biológica), os principais objectivos da Reserva da Biosfera do Arquipélago dos Bijagós são a conservação da diversidade biológica e dos processos ecológicos essenciais, com a organização tradicional dos espaços e a valorização dos recursos naturais; valorização da cultura bijagó; melhoria das condições de vida da população através do modelo de desenvolvimento baseado na exploração racional e uso sustentável dos recursos

⁴ UNESCO, Réserve de Biosphère de l'Archipel des Bijagos, in <http://whc.unesco.org/en/tentativelists/5081/> - Consultado em 18 de Fevereiro de 2010.

naturais; desenvolvimento da informação científica e conhecimento sobre esta região; formulação de propostas alternativas para o desenvolvimento sustentável e implementação de mecanismos eficientes de gestão⁵.

O arquipélago encontra-se, deste modo, no centro de um sistema complexo, o que explica a sua vulnerabilidade às influências externas como a poluição marinha. As diferentes correntes conduzem, pela água doce, para o Arquipélago, matérias orgânicas e plâncton, elementos que contribuem para uma acentuada produtividade biológica. Isto explica a abundância de peixe, crustáceos e moluscos na região.

As densidades elevadas de formas larvares, medidas por inúmeras expedições oceanográficas ao longo do arquipélago, testemunham o seu papel fundamental, tanto na zona de reprodução, como de tratamento de muitas espécies de interesse comercial.

É nas águas que banham as ilhas e nos braços de mar, que a vida animal é mais rica. Estas zonas são ocupadas por mangueirais (árvores de manga), que cobrem perto de um terço da superfície das ilhas, formações vegetais que apresentam adaptações originais de vida anfíbia. Dispõem de um sistema de raízes muito denso, que fixa os sedimentos e, deste modo, limita a erosão litoral, oferecendo um abrigo ideal aos microrganismos. As raízes aéreas regularmente submergidas pelas marés, servem de suporte às colónias de ostras selvagens. Para além disso, o abrigo e suporte dos mangueirais, pela sua produção vegetal, constituem uma fonte de alimento para uma grande variedade de espécies.

A riqueza biológica e as dificuldades de penetração destas zonas litorais explicam a presença de uma comunidade de animais aquáticos, única na costa ocidental de África. Assim, existem hipopótamos que habitualmente vivem na água doce, mas que se adaptaram aqui, ao longo dos milénios, ao delta do mar. Passam o dia ao largo das ilhas ou nos braços do mar, e dirigem-se a terra ao crepúsculo, para se alimentarem. O grande delfim, uma das espécies de golfinhos, é regularmente observado perto das plantações de mangueiras.

O Arquipélago dos Bijagós constitui o meio ideal para as aves aquáticas migratórias deixarem o inverno europeu e passarem para estas áreas, conhecidas como Important Bird Areas (IBA). Para Joãozinho Sá, “O país dispõe de muitos locais dispersos que acolhem muitos milhares de aves, sobretudo migratórias. Entre estes salientam-se toda a zona costeira da Guiné-Bissau e o Arquipélago dos Bijagós, sendo este último considerado o segundo mais importante da costa Ocidental africana” (Sá, 2003: 18).

⁵ Convention on Biological Diversity, *Guinea-Bissau – Details*, in <http://www.cbd.int/countries/profile.shtml?country=gw> – Consultado em 23 de Junho de 2010 [trad. minha].

A comunidade de répteis aquáticos é composta por duas espécies de crocodilos e cinco espécies de tartarugas marinhas que escolhem este arquipélago como um dos seus lugares favoritos para a desova. As praias das ilhas meridionais são as mais utilizadas para este fim, particularmente as da pequena ilha de Poilão, onde perto de 2.000 tartarugas vêm desovar anualmente.

Todas as tartarugas marinhas estão ameaçadas à escala planetária em vários graus. Se a tartaruga verde, neste momento, é relativamente abundante, a tartaruga de Ridley está a tornar-se raríssima (Plotkin, 2007: 233).

As zonas arenosas são habitadas por moluscos variados, e regularmente exploradas pelos habitantes das ilhas. Nos lodaçais, milhares de aves vêm alimentar-se na maré baixa. Algumas aves reproduzem-se no arquipélago em pequenas ilhas, longe dos predadores. A riqueza do fitoplancton das águas do arquipélago, constitui a base de uma cadeia marinha alimentar muito complexa. Verifica-se a presença de uma grande diversidade de espécies, nas quais se destacam o sável, o mero, a corvina, o camarão, a raia e o tubarão.

A sobrevivência das espécies aquáticas depende essencialmente dos seus habitats, neste caso concreto, das zonas húmidas, visto que a mudança do meio ambiente e a perda de terras húmidas perturba substancialmente a diversidade biológica dos ecossistemas aquáticos e terrestres.

As mangueiras plantadas entre a terra e o mar cobrem uma parte significativa da superfície da região. Trata-se de um ecossistema para a renovação dos recursos haliêuticos, verdadeiro laboratório natural e fonte de nutrientes. Os mangueirais desempenham um papel chave na renovação dos recursos marinhos e são de uma importância primordial para a reprodução da fauna aquática.

A formação vegetal mais representativa da região é constituída por palmeirais, que se dividem em três grandes subtipos em função da densidade: forte, média e fraca densidade. A exploração tradicional utiliza cerca de 10% do potencial de óleo de palma.

O abate selectivo das palmeiras nas zonas destinadas à cultura do arroz “pam pam”, explica, provavelmente, a enorme expansão das palmeiras naturais, que se adaptam aos longos períodos de seca, e cujas sementes são cada vez mais utilizadas para novas variedades de palmeiras.

Esta região abriga outros tipos de formações vegetais, aparentemente primárias, onde dominam as florestas semi-secas. Estas florestas compõem-se normalmente de um estrato superior descontínuo, constituídas de árvores de grande porte como “pau bico amarelo”, “pau bico branco”, etc. Existe outra vegetação

secundária: lianas, pequenas palmeiras, arbustos, savanas, arrozais que desempenham um papel fundamental na estabilização das zonas arenosas.

Uma das razões pelas quais as ilhas Bijagós se mantiveram bem preservadas, foi a fé animista dos seus habitantes, que proíbe actividades económicas e de subsistência em muitas das áreas consideradas sagradas. Assim, a UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza) enumera algumas das proibições para os locais sagrados. Os mortos não podem ser aí sepultados e é proibida a fixação definitiva. O acesso é unicamente permitido aos indivíduos do clã já iniciados e vinculados ao local sagrado. São ainda proibidas nesse local relações sexuais e derramamento de sangue humano ou animal⁶. Muitos locais nunca foram habitados, nem os seus recursos utilizados. Alguns locais sagrados são geridos por clãs de famílias, que possuem uma estreita relação com as divindades que governam esses locais. Esses clãs estabelecem linhas de orientação relacionadas com o comportamento que deve ser adoptado em relação a estes lugares sagrados, sendo essas orientações acatadas pelos habitantes de todas as outras ilhas.

No que diz respeito aos recursos haliêuticos, a região dos Bijagós, é uma das mais ricas da Guiné-Bissau, mas a sua exploração constitui uma actividade de subsistência, orientada para o consumo familiar. Existem no arquipélago, normas de gestão da pesca, que se aplicam, antes de mais nada, aos dispositivos tradicionais fixos, como os “cambuas”, e à utilização de anzóis para atrair os peixes de primeira categoria, especialmente as espécies que habitam os fundos rochosos. Os “cambuas”, armadilhas para peixes, são construídos com arbustos ou pedras. São importantes para a captura de espécies alimentares destinadas, sobretudo, às cerimónias.

UTILIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

A conservação dos recursos naturais garante a permanência do desenvolvimento do arquipélago. Apesar da riqueza dos recursos haliêuticos e da incitação à prática da pesca, a actividade principal dos povos insulares incide na agricultura, que privilegia a cultura do arroz e as culturas secundárias tais como o feijão e o amendoim. A forma de rizicultura mais corrente é a cultura itinerante do arroz pluvial sobre queimadas (“pam-pam”).

A gestão das terras é colectiva e localiza-se ao redor das aldeias ou grupos de aldeias. Este sistema permite, a cada família, possuir terras muito esparsas, por vezes

⁶ Amy Corbin e Ashley Tindall, *The Bolama-Bijagos Archipelago*, in <http://www.sacredland.org/bijagos-archipelago/> - Consultado em 22 Junho de 2010.

situadas em várias ilhas, o que dá lugar a migrações periódicas e temporárias de famílias ou de aldeias.

A produção global dos cereais revela-se muitas vezes insuficiente, porque as populações das ilhas decidiram intensificar as suas plantações de anacardeiros, para poderem trocar o caju, principal produto de exportação da Guiné-Bissau, pelo arroz necessário à sua alimentação. O incentivo à monocultura do caju tem conduzido à desmatação, de uma forma muito mais acentuada, e a uma redução drástica das áreas do cultivo de arroz (Saïd e Ferraz, 1996: 108). Também Meio-Dia Sepa Maria Có e outros, referem que “A corrida ao rendimento fácil, faz com que a exploração dos solos férteis seja substituída por uma função agrícola inadequada como é o caso da monocultura do caju” (Có *et al.*, 1994: 43).

Bolama, capital do país entre 1900 e 1939, possui uma tradição de cultura frutífera e de horticultura. O desenvolvimento das culturas hortícolas é praticado por uma comunidade multi-étnica em Bolama, composta essencialmente pelas etnias bijagó, mancanha e papel, excelentes horticultores.

Na região de Bolama-Bijagós, a criação de gado vem complementar a agricultura, e constitui um recurso alimentar substancial para as famílias, sem esquecer o seu papel nas cerimónias tradicionais, com particularidades únicas na Guiné-Bissau. Ainda recentemente, os animais eram largados em ilhas desabitadas e viviam em estado selvagem, sem qualquer intervenção humana, constituindo a caça o único meio de os recuperar. Actualmente, durante a estação seca, os animais são deixados sem qualquer vigilância nas ilhas votadas à agricultura, e durante a estação das chuvas são recolhidos e presos, para que não danifiquem as culturas. A exploração das palmeiras desempenha um papel fundamental na vida do arquipélago. O vinho e o óleo de palma e os frutos são os produtos comumente trocados pelo arroz (Dodman e Sá, 2005: 12).

As palmeiras servem, também, para preparar substâncias medicinais e alimentos para cerimónias. Os limites impostos à exploração das palmeiras dependem da situação económica das ilhas, do número de habitantes de cada região, da localização e da extensão das florestas de palmeiras. São geralmente os “camabidos” (adultos jovens) que emitem as autorizações, isto é, os representantes da última classe de idades iniciada aquando do “fanado”, que, após esta cerimónia, passam vários anos na floresta para fazer a sua gestão. Acontece, também, que as autoridades superiores das “tabancas” e os proprietários das terras destinadas à exploração participem na gestão das florestas de palmeiras. Assim como acontece com a rizicultura, as autoridades e os “camabidos” de algumas ilhas podem interditar

temporariamente o acesso a certas zonas, antes das cerimónias importantes, a fim de maximizar a produção do vinho de palma, principal bebida cerimonial.

Todo aquele que é autorizado a explorar uma floresta de palmeiras, goza temporariamente de exclusividade para praticar esta actividade. É importante que nos detenhamos nos aspectos religiosos e cerimoniais que, entre os bijagós, desempenham uma influência determinante na ocupação do espaço e exploração de recursos, traduzindo-se, sobretudo, pela existência de locais sagrados, com diversas restrições de utilização (temporais ou permanentes) e com sanções no caso de transgressão (Anildo, 2000: 143).

Os principais rituais religiosos ou cerimoniais dos bijagós são, nomeadamente, os do “fanado” (principal cerimónia iniciática masculina/feminina), do *fanadozinho* (preparação para o fanado), do *pagamento da garandeza* e do “defunto”, bem como os lugares de “passagem das almas” e de residência dos “irãs”. O fanado constitui a cerimónia mais extensa, e também a mais controlada. Encontra-se sujeita a restrições e sanções rigorosas, que podem ir até à condenação à morte.

O estatuto sagrado que prefigura as actuais áreas protegidas, contribuiu em grande medida para preservar certos locais (braços de mar, cabos ou ilhas), utilizados pelos Bijagós para cerimónias e iniciações. Para Maurício Waldman, as “ilhas, ou trechos de sua extensão, são governadas por vários “tabus” religiosos, alimentares, sexuais, etc., interditas total ou parcialmente, com acesso autorizado apenas em determinados períodos e sendo percorridas unicamente por ocasião de rituais ou festividades. O espaço dos bijagós foi articulado em conformidade com preceitos culturais engastados em práticas tradicionais de agricultura, pecuária, pesca e colecta” (Waldman, 2002: 99).

As ilhas de João Vieira, Meio, Cavalos, Bane e Engumbane são locais de iniciação (fanado). Em Rubane e Anaguru não é permitido enterrar os mortos, nem edificar-lhes uma sepultura permanente. Muitas ilhas têm restrições específicas. Mesmo no caso das tabancas totalmente desertas, as igrejas tradicionais (balobas) continuam a ser respeitadas e sagradas por toda a população bijagó.

Há também outros locais, construídos e administrados pelos jovens adultos (camabis) ou, mais raramente, pelos anciãos. Contudo, fora dos períodos de cerimónia, as “cambuas” (barragens em material vegetal ou pedras, destinadas a apanhar os peixes, quando a maré baixa) podem utilizar-se sem autorização especial dos responsáveis para a pesca, destinada a alimentar as famílias. A utilização das “cambuas”, que pressupõe um bom conhecimento do meio, tende a desaparecer com a diminuição da densidade de peixe.

O PAPEL, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ÁREAS PROTEGIDAS

Um projecto de conservação e desenvolvimento apoia-se nos conhecimentos existentes nas diferentes ramificações das ciências naturais e das ciências sociais. Nas ilhas do Arquipélago dos Bijagós, o papel do conhecimento é ampliado na razão da fragilidade ecológica e das particularidades locais.

Para se poder categorizar áreas protegidas, tem de se definir em primeiro lugar no que consiste uma área protegida. O sistema de gestão da categorização das áreas protegidas da IUCN baseia-se na seguinte definição, acordada no IV Congresso Mundial dos Parques Nacionais e Áreas Protegidas em 1992, realizado em Caracas, Venezuela. Uma área protegida é “uma área de terra e/ou mar, especialmente dedicada à protecção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados e gerida através de meios legais ou de outros meios efectivos” (Kelleher, 1994, 29). Esta definição engloba o universo das áreas protegidas. Mas, apesar de todas as áreas protegidas irem ao encontro das propostas gerais contidas nesta definição, na prática, as finalidades precisas para as quais as áreas protegidas são geridas diferem largamente. As finalidades são as seguintes: Investigação científica; protecção contra a utilização selvagem; preservação das espécies e diversidade genética; manutenção de serviços ambientais; protecção de características específicas naturais e culturais; turismo e recreação; educação; uso sustentável dos recursos dos ecossistemas naturais; manutenção dos atributos culturais e tradicionais (IUCN, 1994: 7).

O Arquipélago dos Bijagós, dada a sua localização no ponto de confluência das duas principais correntes marinhas costeiras e dos estuários do Rio Grande de Buba, possui uma grande variedade de espécies marinhas e constitui igualmente um local privilegiado de migração para numerosas aves. Esta diversidade biológica, para além de ser relevante do ponto de vista científico, desempenha igualmente uma função de importância económica considerável, se for bem gerida, podendo vir a constituir uma garantia para um desenvolvimento duradouro.

É por estas razões, entre outras, que a UNESCO classificou estas ilhas de “Reserva da Biosfera” em 1996, a fim de que as decisões sobre este território pudessem ser postas em consideração, nomeadamente, quanto ao seu desenvolvimento e conservação, bem como quanto à valorização do conhecimento científico e tradicional.

A UNESCO considera vir a nomear o Arquipélago como uma Património Mundial. Os princípios elaborados pela UNESCO são compatíveis com as perspectivas de um desenvolvimento adaptado às condições da região. Uma reserva da biosfera pode servir de instrumento de aplicação a longo prazo. O arquipélago

constitui um dos principais locais de reprodução dos recursos haliêuticos do país, representando a pesca um pilar da economia nacional.

As autoridades da Guiné-Bissau estão sensibilizadas para a preservação dos recursos naturais. Diversos esforços têm sido desenvolvidos, no sentido de promover uma estratégia nacional de conservação e de protecção do ambiente. O governo da República da Guiné-Bissau, através do Ministério da Agricultura, Floresta, Caça e Pecuária (MAFCP), a Direcção Geral do Ambiente (DGA), a Direcção Geral de Florestas e Caça (DGFC), o Gabinete de Planificação Costeira (GPC), o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP) e o Centro de Investigação Pesqueira Aplicada (CIPA), têm vindo a zelar pela aplicação efectiva das diferentes acções de protecção, de gestão do ambiente e dos projectos de desenvolvimento.

O IBAP coordena o Parque Nacional de João Vieira Poilão (PNMJVP) e o Parque Nacional de Orango (PNO). O primeiro foi criado em Agosto de 2000 pelo Decreto-Lei n.º 6-A/2000. As quatro ilhas que compõem o PNMJVP não são habitadas permanentemente. Constituem propriedade tradicional das quatro tabancas do sul da Ilha de Canhabaque, que as utilizam periodicamente para fins agrícolas e cerimoniais. O Parque Nacional de Orango (PNO) foi criado em Dezembro de 2000 pelo Decreto-Lei n.º 11/2000. Este parque foi criado com os objectivos de proteger, valorizar os ecossistemas, assegurar a conservação da diversidade biológica e a utilização racional dos recursos naturais que promovam o desenvolvimento social e económico das populações. O IBAP está presente na Direcção Executiva de cada parque. Cada Direcção do Parque tem o seu programa anual de funcionamento que, por norma, é validado pelo Conselho de Gestão dos Parques. Nesse Conselho, estão presentes 26 membros, dos quais 13 são constituídos por comunidades locais e outros 13 por estruturas estatais e outras ONGs. A eleição dos membros do Conselho de gestão cabe às respectivas comunidades locais. Estes serão os porta-vozes e representantes das comunidades na gestão dos parques. As Direcções dos Parques reúnem-se semestralmente, normalmente no início e no final do ano. O IBAP garante a coerência da gestão das áreas protegidas.

A Área Marinha Protegida (AMP) Comunitária das Ilhas Formosa, Nago e Tchedia (Urok) apresenta uma estrutura diferente relativamente aos parques supracitados. Criada em 2005 pelo Decreto-Lei n.º 8/2005, é a ONG guineense Tiniguena que faz todo o enquadramento e gestão do parque. Estão presentes neste quadro, a Assembleia das Ilhas, a Assembleia das Tabancas e a Assembleia de Urok. Neste último, estão presentes o IBAP, a RBABB, o GPC, a CIPA e a Capitania do Porto. Paralelamente a isto, existem também colaboradores que participam de forma voluntária, ou apenas quando são solicitados.

A coordenação dos esforços das instituições e dos indivíduos, a favor da conservação do litoral dos países costeiros das sub-regiões (Mauritânia, Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné, Cabo Verde e Serra Leoa), é efectuada pelo Programa Regional de Conservação da Zona Costeira e Marinha da África Ocidental (PRCM). Foi criado por iniciativa da UICN, da FIBA, do WWF e da Wetlands International, em parceria com a Comissão Sub-Regional das Pescas (CSRP).

No caso da RBABB, os poderes que regulam o acesso às terras são exercidos pelas autoridades tradicionais, através de um processo de decisão (*Conselho de “Anciãos”*, cerimónias tradicionais e classes de idades), caracterizado por uma transferência de direitos de acesso e uma regulação, por parte do Estado e ONGs nacionais e/ou internacionais, às autoridades da aldeia.

O termo de “gestão participativa” ou “co-gestão”, “gestão conjunta ou mista”, “gestão multi-partilhada” ou “acordo conjunto de gestão”, descreve uma situação, na qual “todas as partes interessadas por uma área protegida, ou uma parte delas, estão associadas a um grau importante nas actividades de gestão (Borrini-Fayerabend, 1997: 14).

Num processo de “gestão participativa”, o organismo competente, no que se refere à área protegida (em geral um organismo público), estabelece uma parceria com as outras partes, incluindo os habitantes da zona e os utilizadores dos recursos. Esta parceria estipula e garante as funções, as responsabilidades e os direitos respectivos de cada um, em relação à área protegida. Os “regimes de gestão” participativa aplicam-se a todos os tipos de recursos naturais, bem como aos territórios que não gozam de um estatuto de protecção. Os “acordos de gestão”, existentes entre as diferentes partes, englobam as florestas, as pescas, os recursos costeiros, as terras de pasto, a fauna e a flora selvagens e até os recursos não renováveis (como o petróleo e os jazigos naturais). Também Fisher enfatiza que o conceito básico de gestão colaborante, relacionada com a gestão florestal, leva a que a população local assuma a responsabilidade pelo trabalho de protecção e gestão. Em contrapartida, os mesmos têm acesso aos produtos florestais e conseguem beneficiar de um rendimento (Borrini-Fayerabend, 1997: 14).

O conceito de “gestão participativa” é também utilizado para descrever uma situação, na qual, alguns ou todos os investidores (incluindo residentes locais e utilizadores de recursos), que especificam e garantem as suas respectivas funções, direitos e responsabilidades, relacionadas com as áreas protegidas (Borrini-Fayerabend, 1996, 12). O elemento chave nesta definição é a colaboração com os investidores, com particular referência à participação dos residentes locais. Dentro desta definição, a gestão colaborante pode incluir casos de parceiros, envolvendo a

população local numa decisão, feita sobre a gestão das áreas protegidas para consulta (Fisher, 2001: 83).

É importante que se faça uma distinção entre os investidores e os detentores dos direitos. Por exemplo, as comunidades locais, que tradicionalmente possuíam, ocupavam e usavam as terras e os recursos dentro de uma área protegida, podem exigir os direitos consuetudinários e/ou legais para tais terras e recursos, baseados numa antiga possessão, continuidade de parentesco, ligações históricas, ligações culturais e dependência directa dos recursos. Não seria justo atribuir a recém-chegados ou utilizadores oportunistas dos recursos, os mesmos direitos na partilha dos benefícios.

Um meio eficaz de envolver as comunidades é através de um processo, pelo qual, as mesmas analisam as condições, problemas e oportunidades que enfrentam, exploram estratégias e direccionam as suas opções. É essencial capacitar as populações e as comunidades locais, no sentido de participarem na organização das áreas protegidas, com vista à condução de uma auto-organização e capacidade de construção, de acordo com as suas necessidades. As comunidades locais e as suas organizações requerem novas capacidades e recursos para poderem assumir novos papéis e responsabilidades (Borrini-Feyerabend, 2004: 43). Estas relações implicam que todos os indivíduos estejam conscientes das suas capacidades, para saberem reconhecer o que está a acontecer em seu nome, e que tenham capacidade para expressar as suas necessidades e reacções, de modo a poderem ser ouvidos com respeito. Estas condições implicam a capacidade de “dar poder”. O pluralismo e o poder impõem condições rígidas em qualquer sistema representativo. Relativamente ao “empowerment”, O’Riordan e Stoll-Kleemann (2002, 91-92) consideram que devem ser observadas as seguintes condições:

1) Através de um poder socio-económico, as comunidades conseguem criar uma responsabilidade colectiva para o seu próprio futuro e tornam-se autores do seu próprio desenvolvimento;

2) Através do “empowerment” político e educacional, os indivíduos devem ter a capacidade de compreender a democracia e a justiça para a realização das suas ideias e objectivos, e sentir que são capazes de conseguir os níveis desejados de bem-estar;

3) Através do “empowerment” tecnológico, uma combinação de conhecimento da natureza e habilidades indígenas com as tecnologias e organização, o que irá criar

uma combinação inovadora de estilos de utilização dos recursos, que aumentará o bem-estar humano e minimizar as pressões ambientais;

4) Através do empowerment cultural e espiritual, a percepção do significado da existência humana e a união e a confiança entre as comunidades e sociedades, que vai resultar na percepção de uma finalidade e de um significado para as suas vidas.

Num regime de co-administração estão presentes elementos representativos do governo, das comunidades locais e investidores relevantes. Os peritos internacionais nas diferentes áreas dos recursos locais naturais de base, sobretudo no âmbito biológico e ecológico, podem ser vistos como aliados. Se as populações se sentirem confiantes, o resultado poderá redundar em alianças a longo prazo, com vista a desenvolver uma co-administração mais eficaz dos recursos.

As autoridades das áreas protegidas têm um papel fundamental no diálogo com as comunidades locais, devendo utilizar uma linguagem que estas reconheçam, e promover o encorajamento e o aconselhamento técnico, bem como o apoio financeiro para ajudar as comunidades a organizarem-se a si próprias (Norse, 1993: 170). A assistência às comunidades passa por discutir soluções, decidir prioridades e estratégias a seguir, identificar os seus representantes, facilitar as informações sobre os membros da comunidade, e, se possível, conseguir um estatuto legal, como uma associação local, por exemplo.

PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS NA MONITORIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS DO ARQUIPÉLAGO DOS BIJAGÓS

As ONGs estão actualmente a desenvolver programas de gestão de recursos de forma mais sustentável e a restaurar os ecossistemas degradados. Os pescadores residentes devem ter a garantia de direitos especiais de acesso. É necessária uma estreita colaboração com a administração e as agências de cooperação para o desenvolvimento, visando a optimização da utilização dos recursos.

No Arquipélago dos Bijagós, pode destacar-se a acção das ONGs locais como a Tiniguena, *Acção para o Desenvolvimento*, Ton'joron, Nantinyan, ADIM, Tankakan, ADEMA, Biligert, Fashpebi, Totokan e Tepenny, e das ONGs internacionais como a UICN, a FIBA, a NOE Conservation, a Mava, CBD Habitat e a Swissaid e Îles de Paix que, em parceria com as entidades governamentais, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), o Gabinete de Planificação Costeira, entre outros, têm apostado na implementação de projectos de desenvolvimento comunitário, com incidência na conservação do meio, valorizando igualmente a investigação científica e a educação. Com estas acções procura dar-se continuidade à gestão de recursos e à

preservação da biodiversidade, que tem sido, de forma tradicional, desenvolvido pelas comunidades locais, com envolvimento directo e recorrendo a metodologias participativas. A população local possui um sistema complexo de gestão dos recursos naturais, que pode constituir uma maior valia no desenvolvimento da Reserva da Biosfera. Contudo, a comunicação entre os conselhos locais dos chefes tradicionais e do resto da sociedade (os sectores do estado, operadores económicos, etc.), está ainda limitado tanto por razões culturais como linguísticas.

A Tiniguena (Esta terra é nossa), a UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza), e a FIBA (Fundação Internacional do Banc d'Arguin) actuam no arquipélago, em colaboração com as tabancas bijagós, para a recuperação dos ecossistemas degradados e a gestão de recursos de forma mais sustentável. Cada proposta é apresentada à assembleia dos régulos e à população. Os seus objectivos são essencialmente a educação, a prevenção sanitária, a defesa do meio ambiente e a gestão dos recursos naturais, de modo a assegurar o desenvolvimento sustentado do arquipélago e ajudar as populações a assegurar o respeito pelos seus costumes e pelo meio ambiente.

É importante referir ainda o trabalho desenvolvido entre 2001 e 2003 pela ONG *Wetlands International* no Arquipélago dos Bijagós, com o projecto intitulado "Waden Sea Project", que abrangia os seguintes parceiros: ODZH (Organização para a defesa e desenvolvimento nas zonas húmidas), CESAG (Centro de Estudo e Seguimento de Aves na Guiné-Bissau), o CECA (Centro de Educação e Comunicação Ambiental), o CDPIL (Centro de Promoção do Desenvolvimento das Iniciativas Locais), o Centro de Estudo e Seguimento da Fauna e da Flora (CESFF), o Gabinete de Planificação Costeira (GPC), a "BirdLife International" e o "Common Wadden Sea Secretariat". O principal objectivo deste trabalho, visava trabalhar conjuntamente pela conservação do mar de Waden na Europa e as zonas entre correntes da Guiné-Bissau, em particular no Arquipélago dos Bijagós, com base em sólidas ligações ecológicas, existentes nestas duas zonas.

Embora não actuando no âmbito da monitorização dos recursos naturais, existem outras ONGs, que têm vindo a desenvolver um importante trabalho, no apoio às populações do arquipélago. Destacando-se, por exemplo, a Fundação AMI, o Instituto Marquês Vale Flor, a *Îles de Paix* e a *Coopération Néerlandaise*.

O PRCM (*Regional Coastal and Marine Conservation Program*) organiza, continuamente, acções de formação com as ONGs e os governos dos países costeiros da África Ocidental visando a conservação e o desenvolvimento sustentável. Há ainda a destacar o importante contributo do Centro de Estudo e Seguimento das

Aves na Guiné-Bissau (CESAG), criado em Setembro de 2000, que engloba técnicos de várias instituições e voluntários de diversos sectores da sociedade.

A Área Marinha Protegida (AMP) Comunitária do Complexo das Ilhas Urok (Formosa, Nago e Chedia) organizou, em 06 de Julho de 2008, em Abu (Formosa), a sua 7.^a Assembleia Geral. Este encontro anual constitui, não somente uma ocasião para analisar a situação e os aspectos ligados à gestão das Áreas Marinhas Protegidas e de outras actividades em curso na zona, mas também de propôr e validar eventuais medidas de gestão dos recursos na AMP. Os participantes discutiram primeiramente o balanço técnico e financeiro das actividades realizadas em 2007, nomeadamente o apoio aos pescadores, a vigilância marítima, o reforço das estruturas de gestão, o apoio à educação, a comunicação ambiental, a promoção de produtos locais e o apoio ao transporte entre ilhas. Uma proposta de regulamento interno foi igualmente discutida. No decurso desta assembleia, os resultados e as recomendações de avaliação externa do “Projecto de gestão participativa dos recursos costeiros das ilhas Urok”, executada pela ONG Tiniguena, com o apoio técnico e Financeiro da FIBA (Fundação Internacional do *Banc d’Arguin*), foram apresentadas às comunidades. A comissão técnica da AMP apresentou igualmente recomendações, ligadas a esta avaliação.

A AMP comunitária das ilhas Urok foi oficialmente criada em 2005, após um longo processo de negociação entre os diferentes actores locais e sob a coordenação da ONG Tiniguena. Cerca de uma centena de representantes das comunidades das três ilhas, que constituem o complexo de Urok, participaram nos trabalhos desta assembleia, na qual estiveram presentes os representantes das instituições estatais e dos serviços técnicos, implicados na conservação da biodiversidade e na gestão dos recursos, nomeadamente o Instituto da Biodiversidade das Áreas Protegidas (IBAP), da Reserva da Biosfera do Arquipélago de Bolama-Bijagós (RBABB), do Gabinete de Planificação Costeira, do Serviço de Fiscalização de Pesca (FISCAP), do Centro de Investigação de Pesca Aplicada (CIPA), bem como a administração local. Todos estes parceiros se comprometeram quanto ao envolvimento activo e ao apoio aos esforços das comunidades das ilhas Urok e da ONG Tiniguena, principal animador do processo, com vista a consolidar a experiência da governação participativa e a reforçar a cooperação institucional no estabelecimento e na gestão concertada da AMP comunitária das ilhas Urok.

O objectivo deste projecto, desencadeado pela ONG Tiniguena, consiste em reforçar o processo de apropriação e de gestão participativa e duradora dos recursos naturais e da diversidade biológica da zona costeira das ilhas Urok, para benefício das populações residentes e do país. O projecto visa, essencialmente, apoiar as

populações residentes para pôr em prática o plano de gestão da Área Marinha Protegida (AMP) Urok, promover um crescimento significativo das receitas e da qualidade de vida das comunidades residentes das ilhas Urok, e implementar uma animação cultural intensiva, para acompanhar as transformações sociais que se operam no seio das comunidades, em particular junto dos jovens. Por último, o projecto visa, também, o aproveitamento das lições, em prol da dinâmica envolvida e de iniciativas semelhantes na Reserva da Biosfera do Arquipélago dos Bijagós (RBABB).

O “Conselho de Gestão” dos Parques Nacionais de João Vieira Poilão e Orango, representantes das comunidades locais, de administração dos serviços técnicos e da sociedade civil, têm vindo a debater a situação dos dois parques e das actividades e programas, de modo a melhorar a governação dos dois parques, a eficácia das medidas de gestão, onde a fiscalização, a colaboração das autoridades e a qualidade da informação e sensibilização são utilizadas. Neste caso, um apoio em organização e gestão dos stocks de mercadorias permitiu às comunidades melhorar a gestão das lojas de mercado comunitárias nas aldeias de Mengue e Ambaro, na ilha de Canhabaque, através da implementação de controlo adaptado. No parque nacional de Orango, as comunidades ribeirinhas da lagoa de Ângor efectuaram reuniões de reflexão sobre o desenvolvimento do ecoturismo em torno dos hipópotamos. Foram formadas estruturas de gestão e aprovado um calendário de actividades. A formação de agentes do Parque tem sido feita, sobretudo, no domínio de reconhecimento das colónias de aves. O modelo ecológico é também utilizado nas missões de observação das aves aquáticas e recolha de fotos de espécies de peixes presentes no parque, com vista à publicação de um catálogo.

As missões de fiscalização conseguiram dissuadir e, em muitos casos, interceptar embarcações que pescavam ilegalmente no interior do parque, a maior parte das quais, originárias de países vizinhos. Realizaram-se esforços em colaboração com a administração local, com vista a expulsar pescadores ilegalmente instalados em acampamentos na zona central do Parque Nacional de Orango.

Nestes últimos anos, múltiplos micro-projectos diversificados foram lançados, fazendo apelo às ONG's e a departamentos de estado especializados. Estes micro-projectos têm permitido multiplicar as fontes de rendimentos e consolidar, deste modo, a economia local.

O sistema de crédito para os micro-projectos posto em prática mobilizou a população e funcionou, em alguns casos, de forma eficaz, sobretudo graças aos seus princípios de aplicação simples. Em primeiro lugar, conseguiu estender-se a um grande número de actividades económicas (pesca, valorização dos produtos,

horticultura e comércio, e em segundo, constituir um apoio aos pescadores, conduzindo a um dinamismo mais vasto, e beneficiando progressivamente um grande número de pessoas da comunidade.

A diversificação das actividades e a sua apropriação pela comunidade, como por exemplo a comercialização do peixe e do óleo de palma, conduziu, espontâneamente, ao estabelecimento de um mercado semanal em algumas ilhas do arquipélago.

A UICN desenvolveu um projecto de alfabetização para adultos na Guiné-Bissau, e viu a sua acção oficialmente reconhecida pelo Ministério da Educação Nacional em 1996. Por outro lado, após ministrada a alfabetização de adultos, uma colaboração entre os ministérios permitiu incentivar a realização de trabalhos temáticos (na pesca, na melhoria de tecnologias, entre outros), que passaram a ser utilizados à escala nacional (Baran e Tous, 2000: 27).

O conjunto destas actividades tem cimentado a confiança nas populações. Isto conduziu, por um lado, a uma maior confiança nas instituições governamentais e, por outro, nas organizações de base, capazes de gerir os seus recursos. Contudo, numerosos projectos, sobretudo os da pesca, fracassaram, porque o isolamento das ilhas, entre elas, e em relação ao continente, acrescido à escassez, em termos de serviços de saúde, educação e transportes, constituiu um forte entrave ao desenvolvimento económico. Para além disso, a fraca implicação das instituições governamentais, não tem permitido garantir a viabilidade deste tipo de iniciativas. Alguns dos projectos postos em prática na Região de Bolama-Bijagós falharam nos seus objectivos e recursos utilizados. Para Saïd e Ferraz, as principais causas destes insucessos são: Falta de planificação regional na elaboração de projectos de desenvolvimento e integração insuficiente entre as actividades dos diferentes projectos e instituições; falta de participação efectiva da população-alvo na escolha de prioridades e sobretudo na falta de comunicação entre os projectos, as instituições e a população; ausência de mecanismos de regulamento de conflitos e de tomada de decisões (no plano prático e jurídico) na utilização dos recursos naturais (Saïd e Ferraz, 1996: 28).

As ONGs existentes na Guiné-Bissau são incapazes de assegurar eficazmente, a uma grande escala, uma sequência de projectos, o que lhes permitiria, em determinado tempo, desligar-se da UICN (Saïd e Ferraz, 1996, 37). No entanto, o trabalho desenvolvido por estas ONGs e por outras associações locais, muitas vezes implementando programas de preservação e de protecção em parceria, tem-se revelado de importância determinante, privilegiando a vertente pedagógica em área protegida, envolvendo grupos comunitários na prossecução de acções diversificadas

de sensibilização e de programas de formação específicos. Estas medidas são consideradas dinamizadoras de mudanças e mobilizadoras de esforços, revelando preocupação com a sustentabilidade, promovendo alterações nos hábitos de consumo e nas práticas culturais das comunidades, adaptando as mentalidades às necessidades locais e aos riscos ambientais.

Por mais de 20 anos, doadores, como a Cooperação Japonesa, a Cooperação Francesa, a União Europeia e o Banco Africano para o Desenvolvimento, financiaram, em larga escala, o desenvolvimento das pescas, com efeitos positivos na segurança, emprego e alimentação. Contudo, a implementação destes vários projectos, conduziram a um crescimento exponencial da capacidade de pesca em pequena escala, em particular na periferia das Áreas Marinhas Protegidas. Uma vez que, os pescadores e as suas comunidades, constituem os principais consumidores dos recursos costeiros, deveriam também usufruir de um papel mais significativo na implementação de acções sobre a administração da pesca.

O desenvolvimento económico sustentável constitui o principal desafio para a Guiné-Bissau, caso o país consiga obter as condições necessárias à protecção da população e do ambiente, e receber a necessária atenção das instituições internacionais e da União Europeia.

A temática ambiental deverá ser formalmente integrada nos programas oficiais do sistema educativo para os grupos mais jovens. Por outro lado, a divulgação de informação sobre a preservação ambiental e a protecção de espécies, principalmente no que respeita a medidas, acções específicas e procedimentos adequados a tomar em situações concretas, deverá ter uma maior abrangência, para aumentar na população o nível de consciência ambiental.

BIBLIOGRAFIA

- Anildo, Cruz Graciano, "Direito do Ambiente e Teoria da Normaçoão na Guiné-Bissau: de uma teoria do Direito do Ambiente guineense ao seu contributo para a teoria e prática da normaçoão na Guiné-Bissau", in AA.VV (Edição de Maurício Cysne e Teresa Amador) *Direito do Ambiente e Redacção Normativa: Teoria e prática nos países lusófonos*, Bona, The World Conservation Union (IUCN), Bona, 2000, pp. 123-147.
- Baran, Eric & Tous, Phillipe, *Pêche artisanale, développement et cogestion des ressources: analyse d'un succès en Afrique de l'Quest*, IUCN, Cambridge, 2000.
- Batisse, Michel, "Development and Implementation of the Biosphere Reserve Concept and its Applicability to Coastal Regions", in AA.VV (ed. Andrew Price e Sarah Humphrey), *Application of the Biosphere Reserve Concept to Coastal Marine Areas: papers presented at the UNESCO/IUCN San Francisco Workshop of 14-20 August 1989*, San Francisco, IUCN, The World Conservation Union, Cambridge, 1993, p. 1-12.
- Borrini-Fayerabend, Grazia, *Gestion participative des aires protégées : l'adaptation au contexte*, IUCN, Gland, 1997.
- Có, Meio Dia Sepa Maria lé et al., *As Aves Aquáticas na Guiné-Bissau e a Construção das Zonas Húmidas*, Wetlands International e Gabinete de Planificação Costeira (GPC), Dakar e Bissau, 2003.

- Dodman, Tim & Sá, Joãozinho, *Monitorização de Aves Aquáticas no Arquipélago dos Bijagós, Guiné-Bissau*, Dakar, Wetlands International; Bissau Gabinete de Planificação Costeira (GPC) & Organização para a Defesa e o Desenvolvimento das Zonas Húmidas na Guiné-Bissau (ODZH), Bissau, 2005.
- Erouart, Patrick, *La Guinée-Bissau aujourd'hui*, Paris, Les Editions du Jaguar, 1998.
- Fisher, Robert J., "Experiences, Challenges, and Prospects for Collaborative Management of Protected Areas: An International Perspective", in AA.VV (editado por Louise Buck et al.) *Biological Diversity: Balancing Interests Through Adaptive Collaborative Management*, CRS Press, London, 2001, pp. 81-96.
- IUCN Commission on National Parks and Protected Areas, *Guidelines for Protected Area Management Categories: Lignes Directrices Pour Les Catégories de Gestion Des Aires Protégées*, IUCN – World Conservation Monitoring Center, Gland, 1994.
- Kelleher, Graeme & Kenchington, Richard, *Guidelines for establishing Marine Protected Areas – A Marine Conservation and Development Report*, Cambridge, IUCN, The World Conservation Union, 1991.
- Norse, Elliott A., *Global Marine Biological Diversity: A Strategy for Building Conservation Into Decision Making*, Center for Marine Conservation, Island Press, Washington, 1993.
- O'Riordan, Timothy & Stoll-Kleemann, Susanne, *Biodiversity, Sustainability and Human Communities: Protecting Beyond the Protected*, Cambridge University Press, Cambridge, 2002.
- Plotkin, Pamela T., *Biology and Conservation of Ridley Sea Turtles*, Baltimore, John Hopkins University Press, 2007.
- Sá, Joãozinho, *Migração das Aves Aquáticas na Guiné-Bissau*, Dakar, Wetlands International e Gabinete de Planificação Costeira, 2003.
- Saïd, Abílio Rachid e Ferraz, Luis Paulo M., *La réserve de la biosphère de l'archipel des Bijagos (Document D'Information)*, Bissau, Union Mondiale pour la Nature – Institut National d'Etudes et de Recherche, Organisation des Nations Unies pour l'Education, la Science et la Culture, 1996.
- Waldman, Maurício, *Meio ambiente & antropologia*, n.º 6, Editora Senac, São Paulo, 2002.

SÍTIOS ELECTRÓNICOS

- CBD - Convention on Biological Diversity, *Guinea-Bissau – Details*, in <http://www.cbd.int/countries/profile.shtml?country=gw> – Consultado em 22 de Junho de 2010.
- Amy Corbin e Ashley Tindall, *The Bolama-Bijagos Archipelago*, in <http://www.sacredland.org/bijagos-archipelago/> - Consultado em 22 de Junho de 2010.
- UNESCO – World Heritage Center, *Réserve de Biosphère de l'Archipel des Bijagos*, in <http://whc.unesco.org/en/tentativelists/5081/> - Consultado em 22 de Junho de 2010.
- UNESCO, *Biosphere Reserve Information*, in <http://www.unesco.org/mabdb/br/brdir/directory/biores.asp?code=GBS+01&mode=all> – Consultado em 22 de Junho de 2010.
- UNESCO, *Réserve de Biosphère de l'Archipel des Bijagos*, in <http://whc.unesco.org/en/tentativelists/5081/> - Consultado em 22 de Junho de 2010.

LEGISLAÇÃO

- Decreto n.º 8/2005, de 12 de Julho – Criação da Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas de Formosa, Nago e Chediã (Ilhas Urok).
- Lei Quadro das Áreas Protegidas (LQAP) - Decreto-Lei n.º 2/97, de 26 de Maio.
- Decreto n.º 11/2000, de 4 de Dezembro – Criação de Parque Nacional do Grupo de Ilhas de Orango.
- Decreto n.º 6-A/2000, de 23 de Agosto – Parque Nacional Marinho João Vieira Poilão.